

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 1

Balanços patrimoniais 4

Demonstrações dos resultados 5

Demonstrações dos resultados abrangentes 6

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7

Demonstrações dos fluxos de caixa 8

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
RAIOS DO PARNAÍBA SOLAR HOLDING S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **RAIOS DO PARNAÍBA SOLAR HOLDING S.A.** (“**Companhia**” ou “**RAIOS**”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em **31 de dezembro de 2025** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **RAIOS DO PARNAÍBA SOLAR HOLDING S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação. Esses valores foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificações em 17 de outubro de 2025.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, a controladora e o consolidado, apresentam um passivo circulante em montante superior ao ativo circulante, resultando em capital circulante líquido negativo e índice de liquidez corrente inferior a 1. Conforme descrito pela Administração, a continuidade operacional da Companhia depende, substancialmente, da manutenção do suporte financeiro dos acionistas, bem como da geração futura de caixa de suas operações e/ou da captação de recursos adicionais para cumprimento de suas obrigações financeiras vincendas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações individuais e consolidadas

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria, consequentemente pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 08 de maio de 2026

TATICCA Auditores e Consultores Ltda.
SC-000292/F-9

Fernando Machado dos Santos
Contador - CRC SC -043302/O

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	Nota				
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	580	73.632	3.667	79.775
Contas a receber	6	-	-	5.393	-
Impostos a recuperar	7	13.508	3.644	14.602	3.810
Adiantamentos a fornecedores	8	4	-	3.659	24.659
Instrumentos financeiros	21	8.777	59.974	8.777	59.974
Despesas antecipadas		-	-	4.695	-
Total do ativo circulante		22.869	137.250	40.793	168.218
Não circulante					
Partes relacionadas	9	43.144	39.986	43.427	742
Investimentos	10	1.083.393	719.979	-	-
Impostos a recuperar	7	-	-	6.040	-
Imobilizado	11	-	-	1.311.437	697.000
Intangível	12	-	-	68.239	68.737
Total do ativo não circulante		1.126.537	759.965	1.429.143	766.479
Total do ativo		1.149.406	897.215	1.469.936	934.697
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	13	1	-	148.775	33.748
Empréstimos e financiamentos	14	691.569	466.233	691.569	466.233
Obrigações tributárias		195	23	15.002	3.757
Outros passivos		-	-	43	-
Total do passivo circulante		691.765	466.256	855.389	503.738
Não circulante					
Partes relacionadas	9	4.211	818	161.117	818
Total do passivo não circulante		4.211	818	161.117	818
Patrimônio líquido					
Capital social	15a	473.179	435.301	473.179	435.301
Prejuízos acumulados		(19.749)	(5.160)	(19.749)	(5.160)
Total do patrimônio líquido	15	453.430	430.141	453.430	430.141
Total do passivo e patrimônio líquido		1.149.406	897.215	1.469.936	934.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações dos resultados

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	16	-	-	28.184	-
Custos de venda de energia	17	-	-	(25.204)	-
Lucro bruto		-	-	2.980	-
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	(250)	(391)	(1.916)	(448)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(14.474)	(1.710)	-	(11)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(14.724)	(2.101)	1.064	(459)
Receitas financeiras	19	139.656	87.500	118.039	87.500
Despesas financeiras	19	(139.521)	(90.067)	(139.714)	(91.709)
Resultado financeiro		135	(2.567)	(21.675)	(4.209)
Prejuízo antes dos impostos		(14.589)	(4.668)	(20.611)	(4.668)
Imposto de renda e contribuição social	20	-	-	6.022	-
Prejuízo líquido do exercício		(14.589)	(4.668)	(14.589)	(4.668)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do exercício	(14.589)	(4.668)	(14.589)	(4.668)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	(14.589)	(4.668)	(14.589)	(4.668)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023		1	(492)	(491)
Aumento de capital		435.300	-	435.300
Prejuízo líquido do exercício		-	(4.668)	(4.668)
Em 31 de dezembro de 2024	15	435.301	(5.160)	430.141
Aumento de capital		37.878	-	37.878
Prejuízo líquido do exercício		-	(14.589)	(14.589)
Em 31 de dezembro de 2025	15	473.179	(19.749)	453.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(14.589)	(4.668)	(14.589)	(4.668)
Ajustado por:				
Resultado de equivalência patrimonial	14.474	1.710	-	-
Depreciação e amortização	-	-	10.514	-
Juros de empréstimos e financiamentos	26.130	18.646	26.130	18.646
Variação cambial / instrumentos financeiros	59.067	9.101	59.067	9.101
IR/ CS diferidos	-	-	6.022	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(5.393)	-
Impostos a recuperar	(9.864)	(3.644)	(16.832)	(3.810)
Adiantamentos a fornecedores	(4)	-	21.000	(24.654)
Despesas antecipadas	-	-	(4.695)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	1	-	115.027	(14.691)
Partes relacionadas	235	(30.492)	117.614	(9.229)
Obrigações tributárias	172	15	5.223	3.567
Outros passivos	-	-	43	-
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	75.622	(9.332)	319.131	(25.738)
Atividades de investimento				
Aporte de capital em investidas	(377.888)	(709.751)	-	-
Aquisição líquidas de ativo imobilizado e intangível	-	-	(624.453)	(688.956)
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(377.888)	(709.751)	(624.453)	(688.956)
Atividades de financiamento				
Aumento de capital	37.878	435.300	37.878	435.300
Empréstimos e financiamentos captados	1.030.000	400.000	1.030.000	400.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	(846.935)	(41.464)	(846.935)	(41.464)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(14.306)	(15.943)	(14.306)	(15.943)
Amortização de instrumentos financeiros (swap)	22.577	385	22.577	385
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	229.214	778.278	229.214	778.278
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(73.052)	59.195	(76.108)	63.584
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	73.632	14.437	79.775	16.191
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	580	73.632	3.667	79.775
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(73.052)	59.195	(76.108)	63.584

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Raios do Parnaíba Solar Holding S.A. ("Companhia") é uma Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 05 de setembro de 2018, estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160 - sl. 1733 - Parte - Centro/RJ - 20020-080 no Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social:

- Holdings de instituições não financeiras (as atividades de entidades econômicas que detêm o controle de capital de um grupo de empresas com atividades preponderantemente não financeiras, essas holdings podem exercer ou não funções de gestão e administração dos negócios das empresas do grupo);
- Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente (escritório com prestação de serviços de desenvolvimento, gerenciamento e gestão de projetos solares);e
- Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente (escritório com serviços de preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo, exceto serviços advocatícios, tais como preenchimento de cadastros e formulários junto a órgãos públicos e privados para obtenção de autorizações e licenças).

A Companhia detém 100% das ações das controladas diretas Panorama 01 Energia SPE S.A., Panorama 02 Energia SPE S.A. e Panorama 03 Energia SPE S.A. que entraram em operação comercial no mês de setembro de 2025, e conta com o suporte financeiro de seu acionista controlador e de terceiros. A continuidade das operações depende do fomento de capital, seja pelo recurso próprio (novos aportes ao capital social) ou recursos de terceiros (captações de financiamentos bancários).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta no consolidado um capital circulante líquido negativo de R\$ 814.595 (em 31 de dezembro de 2024, o CCL negativo obteve um montante de R\$ 335.520). A controladora por sua vez, apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$ 668.896 em 31 de dezembro de 2025 (em 31 de dezembro de 2024, o CCL negativo obteve um montante de R\$ 329.006). A continuidade das operações depende do fomento de capital, seja pelo recurso próprio (novos aportes ao capital social) ou recursos de terceiros (captações de financiamentos bancários), bem como, da geração futura de caixa de suas operações.

1.1. Curtailment (restrição de geração)

A Lei nº 15.269/2025 instituiu o direito de ressarcimento às geradoras de energia elétrica provenientes de fontes solar e eólica pelos efeitos de eventos de *curtailment*, relacionados à indisponibilidade externa do sistema e ao atendimento a requisitos de confiabilidade da operação. Referido direito abrange o período compreendido entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025, data de entrada em vigor do referido dispositivo legal.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Curtailment (restrição de geração)--Continuação

Para fazer jus ao ressarcimento, as geradoras deverão aderir, de forma voluntária, a termo de compromisso a ser celebrado com o poder concedente, o qual estabelecerá, entre outros aspectos, as condições para apuração, cálculo e liquidação dos valores devidos, bem como a renúncia e desistência de eventuais medidas judiciais e administrativas relacionadas aos eventos de *curtailment* ocorridos no período abrangido. A operacionalização do mecanismo de ressarcimento será conduzida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, o tema encontra-se em processo de regulamentação pelo Ministério de Minas e Energia (MME), incluindo consulta pública em andamento acerca dos termos e condições do referido compromisso. Até essa data, a Administração da Companhia não havia formalizado decisão quanto à adesão ao mecanismo previsto na legislação, tampouco quanto à eventual renúncia a direitos relacionados a pleitos judiciais existentes.

Diante do estágio atual de regulamentação e da ausência de definição quanto à adesão ao referido mecanismo, não foi possível mensurar com confiabilidade eventuais efeitos econômico-financeiros decorrentes desses eventos. Consequentemente, nenhum ativo, passivo ou resultado foi reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 relacionado a esse tema.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e evidenciam todas as divulgações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, conforme citado nas notas explicativa nº 3.6 e 21.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação

A preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme apresentado na nota explicativa 4.

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 08 de maio de 2026.

2.1. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o exercício estão incluídos nas informações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

O controle de investidas é obtido quando o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: (i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); (ii) exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação

2.1. Base de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

A seguir, as principais informações das demonstrações financeiras individuais das sociedades controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

	PANORAMA 01 ENERGIA SPE S.A		PANORAMA 02 ENERGIA SPE S.A		PANORAMA 03 ENERGIA SPE S.A	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativo total	591.558	319.159	402.818	244.398	409.550	233.145
Circulante	5.888	16.616	5.640	5.747	6.398	8.602
Não circulante	585.670	302.543	397.178	238.651	403.152	224.543
Passivo e patrimônio líquido total	591.558	319.159	402.818	244.398	409.550	233.145
Circulante	59.980	15.613	51.071	9.102	52.574	12.764
Não circulante	55.568	13.111	50.669	13.021	50.669	13.111
Patrimônio líquido	476.010	290.435	301.078	222.275	306.307	207.270
Prejuízo líquido do exercício	(5.114)	(723)	(4.395)	(388)	(4.964)	(599)

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

3.2. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Mensuração do valor justo--Continuação

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Contas a receber

As contas a receber de clientes referem-se ao fornecimento de energia elétrica no âmbito dos contratos de venda de energia elétrica. São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável.

3.5. Reconhecimento da receita proveniente de contratos de energia

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado em conformidade com as regras do mercado de energia elétrica, que estabelecem a transferência de controle da quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue ocorre mensalmente, de acordo com as bases contratuais.

3.6. Instrumentos financeiros

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, na data em que um contrato de derivativos é celebrado e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, e posteriormente mensurados pelo valor justo, sendo as variações contabilizadas no resultado, na rubrica "Resultado financeiro".

i) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o Grupo possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado.

Custo Amortizado

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os ativos financeiros do Grupo classificados nesta categoria, compreendiam o contas a receber de clientes, e são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 48.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros

ii) *Classificação e mensuração*

A Companhia possui passivos financeiros classificados na categoria de outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos e é determinada no reconhecimento inicial.

Outros passivos financeiros: Os passivos classificados nessa categoria são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva. São apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes serão classificados como passivos não circulantes).

iii) *Baixa de passivo financeiro*

A Companhia baixa os passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.7. Imobilizado

São registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

A depreciação é calculada pelo método linear, fundamentada nas taxas de vida útil estimadas para os bens do setor elétrico, conforme estabelecido no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), instituído pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Companhia inicia o reconhecimento da despesa de depreciação a partir da data em que os ativos estão em condições de operação, ou seja, quando se encontram no local e nas condições necessárias para funcionar da maneira pretendida pela Administração.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.7. Imobilizado--Continuação

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos; este valor é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros Resultados Operacionais" na Demonstração do Resultado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação estão atrelados ao prazo final da autorização para geração de energia previstos em outorga.

3.8. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem gastos com o desenvolvimento de projetos de geração fotovoltaica, direitos de exploração e aquisição de licenças de *software*. Ativos adquiridos separadamente são mensurados pelo custo histórico de aquisição. Os ativos gerados internamente (fase de desenvolvimento) são capitalizados apenas se a viabilidade técnica e financeira for demonstrada. Após o reconhecimento inicial, os ativos são apresentados pelo custo deduzido da amortização acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos intangíveis serão amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente estimada, caso contrário serão considerados de vida útil indefinida sendo sujeitos ao teste de recuperabilidade econômica. A amortização é calculada sobre os bens do ativo intangível em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas rubricas, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Classe do intangível	Vida Útil Estimada (Anos)	Taxa Anual de Amortização
Uso do bem público	35 anos	2,86% ao ano

Ganhos ou perdas decorrentes da baixa de um ativo intangível são determinados pela diferença entre o valor líquido da alienação e o valor contábil do item, sendo reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no momento da baixa.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias dedutíveis, bem como sobre o valor de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social acumulados. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável a existência de lucro tributável futuro suficiente contra o qual essas diferenças e créditos possam ser compensados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo de até 10 anos.

Tributos sobre o lucro

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Administração avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2025, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Empresa.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.10. Provisões

- (i) Provisões gerais: provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.
- (ii) Provisões para litígios: a Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores representam obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes saldos compreendem, substancialmente, compromissos relativos a: prestações de serviços, compra de materiais e equipamentos para operação e manutenção da central geradora fotovoltaica e compra de energia.

3.12. Distribuição de dividendos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apurou lucro operacional e registrará (quando aplicável) em bases anuais, e distribuídos como dividendos mínimos obrigatórios no passivo, salvo se tenham sido efetivamente pagos antes do encerramento do exercício. Dividendos complementares ao mínimo obrigatório serão registrados como passivo na data em que seu pagamento for aprovado em Assembleia de Acionistas ou por outro órgão competente da Administração da Companhia. Dividendos propostos pela Administração da Companhia, em consonância com a Lei das S.A., serão divulgados em nota explicativa.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Novos pronunciamentos contábeis vigentes em 2025

- a) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras.

- b) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações financeiras, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Novos pronunciamentos contábeis vigentes em 2025 -- Continuação

- b) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial--Continuação

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025

- c) OCPC 10 – Créditos de Carbono (TCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro, permitindo sua conexão com relatório financeiro de sustentabilidade. A Companhia avaliou os impactos da adoção dessa norma e concluiu que não houve impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.14. Novos pronunciamentos emitidos e ainda não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados e/ou emitidos estão demonstrados a seguir:

Norma	Modificação	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.	Não definido.
IFRS S1 - Divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade	Nova norma - estrutura de divulgação de riscos e oportunidades de sustentabilidade.	01/01/2026
IFRS S2 - Divulgação de informações climáticas	Nova norma - requisitos de divulgação de riscos e oportunidades climáticos.	01/01/2026
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros.	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras	Nova norma - estrutura de resultado, divulgações e princípios de agregação e desagregação.	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	Nova norma - permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis IFRS.	01/01/2027

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Novos pronunciamentos emitidos e ainda não vigentes-- Continuação

A Companhia está em processo de análise para identificar todos os impactos dos pronunciamentos mencionados acima.

3.15. Reforma tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032.

A reforma tem como objetivo simplificar o sistema tributário, baseado na tributação no destino, a não cumulatividade, a legislação nacional única e a gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição à diversidade de regras vigentes. Durante o período de transição, as entidades devem avaliar os efeitos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, inclusive quanto à recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS sob o novo regime. Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a reavaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo.

A Companhia continua a avaliar o impacto da legislação relativa a Reforma Tributária para os exercícios subsequentes.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados nos ativos e passivos, e as respectivas divulgações.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- (i) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*: uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

- (ii) *Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros*: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.
- (iii) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*: a Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos bancário à vista	580	115	3.667	6.259
Aplicações financeiras	-	73.517	-	73.516
	<u>580</u>	<u>73.632</u>	<u>3.667</u>	<u>79.775</u>

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. Esses depósitos têm como objetivo atender a compromissos financeiros de curto prazo, sem a intenção de serem utilizados para investimentos ou outros fins.

6. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber provisão (a)	5.393	-
	<u>5.393</u>	<u>-</u>

(a) Referente ao reconhecimento de venda baseada na competência do mês de geração da energia das investidas (Panorama 01, Panorama 02 e Panorama 03). Toda energia gerada no mês é liquidada até o oitavo dia útil do mês subsequente. Importante ser mencionado que a geração de energia referente as investidas começaram no mês de setembro de 2025, por isso não há saldo em 31 de dezembro de 2024.

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	13.283	3.644	17.747	3.644
CSLL	225	-	1.825	-
Outros	-	-	1.070	166
	<u>13.508</u>	<u>3.644</u>	<u>14.602</u>	<u>3.810</u>
Circulante	13.508	3.644	14.602	3.810
Não circulante	-	-	6.040	-
Total	<u>13.508</u>	<u>3.644</u>	<u>20.642</u>	<u>3.810</u>

O montante de imposto de renda retido na fonte apresentado é decorrente basicamente dos valores retidos nos resgates das aplicações financeiras da controladora de exercícios anteriores quando a Raios do Parnaíba Holding controlava o fluxo financeiro para suas controladas durante o exercício.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Adiantamentos a fornecedores

Consolidado

Os adiantamentos a fornecedores no montante de R\$ 3.659 (R\$ 24.659 em 31 de dezembro de 2024), referem-se a valores pagos antecipadamente em decorrência de condições contratuais estabelecidas com prestadores de serviços e fornecedores de materiais vinculados à construção das usinas fotovoltaicas de Panorama 01, Panorama 02 e Panorama 03.

Tais valores permanecem registrados no ativo circulante em função de os respectivos serviços ainda não terem sido prestados e/ou os materiais não terem sido entregues até a data-base das demonstrações financeiras.

9. Partes Relacionadas

a) Remuneração da Administração

Durante os exercícios de 2025 e 2024, a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela coligada (ex-acionista direto) Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nesses exercícios pagos através da Companhia.

b) Transações entre partes relacionadas

As tabelas a seguir apresentam os valores totais das operações celebradas com suas partes relacionadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Partes relacionadas a receber				
Panorama 01 Energia SPE Ltda (a)	-	13.111	-	-
Panorama 02 Energia SPE Ltda (a)	-	13.021	-	-
Panorama 03 Energia SPE Ltda (a)	-	13.111	-	-
Cristino Castro Solar Holding S.A.(b)	43.144	465	43.144	465
Eleia Comercializadora	-	-	283	-
Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A.(a)	-	278	-	277
Total ativo não circulante	43.144	39.986	43.427	742

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes Relacionadas—Continuação

b) Transações entre partes relacionadas--Continuação

Partes relacionadas a pagar	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A.(a)	-	818	151.581	818
Mundo Novo Solar Holding S.A.(c)	4.211	-	4.211	-
Belmonte II Parque Solar S.A.(d)	-	-	26	-
Belmonte 2.5 Parque Solar S.A. (d)	-	-	2.399	-
Belmonte 2.6 Parque Solar S.A. (d)	-	-	2.616	-
Panorama 01 Energia SPE S.A.	-	-	284	-
Total passivo não circulante	4.211	818	161.117	818

- (a) Valores referentes a operações que tenham sido celebradas entre partes relacionadas atrelados às obras em andamento das centrais geradoras fotovoltaicas das controladas Panorama 01, Panorama 02 e Panorama 03
- (b) Valor referente a mútuo entre a Raios do Parnaíba Solar Holding S.A. e a Cristino Castro Solar Holding S.A.
- (c) Valor referente a mútuo entre a Mundo Novo Solar Holding S.A. e a Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.
- (d) O saldo refere-se às compras de energia das respectivas companhias do grupo pela Panorama 01

10. Investimentos

A Companhia possui controle direto nas empresas Panorama 01 SPE S.A. ("Panorama 01"), Panorama 02 SPE S.A. ("Panorama 02") e Panorama 03 SPE S.A. ("Panorama 03"), que detêm autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") para explorar comercialmente os parques solares instalados no município de Ribeiro Gonçalves, no estado de Piauí.

Todas a controladas descritas anteriormente estão sediadas no Brasil, as movimentações destes investimentos em participações societárias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados conforme o quadro abaixo:

Investimentos	31/12/2024	Aquisição	Aportes	Equivalência	31/12/2025
Panorama 01 Energia SPE Ltda.	290.435	-	190.689	(5.114)	476.010
Panorama 02 Energia SPE Ltda.	222.275	-	83.198	(4.395)	301.078
Panorama 03 Energia SPE Ltda.	207.269	-	104.001	(4.965)	306.305
	<u>719.979</u>	<u>-</u>	<u>377.888</u>	<u>(14.474)</u>	<u>1.083.393</u>

Investimentos	31/12/2023	Aquisição	Aportes	Equivalência	31/12/2024
Panorama 01 Energia SPE Ltda.	3.975	-	287.183	(723)	290.435
Panorama 02 Energia SPE Ltda.	3.945	-	218.718	(388)	222.275
Panorama 03 Energia SPE Ltda.	4.018	-	203.850	(599)	207.269
	<u>11.938</u>	<u>-</u>	<u>709.751</u>	<u>(1.710)</u>	<u>719.979</u>

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos--Continuação

No quadro abaixo estão apresentados os processos autorizativos e respectivos despachos homologatórios da Aneel, com as respectivas datas estimadas de entradas em operação comercial das centrais geradoras fotovoltaicas controladas da Companhia:

Unidade Fotovoltaica	Potência em MW	Nº da Autorização ANEEL	Vencimento da Autorização	Despacho nº	Entrada em Operação Comercial prevista
Panorama 01	100	48500.002132/2021-02	08/09/2056	10.513	17/09/2025
Panorama 02	100	48500.002133/2021-49	08/09/2056	10.514	17/09/2025
Panorama 03	100	48500.002134/2021-93	08/09/2056	10.515	17/09/2025

11. Imobilizado

Consolidado

Imobilizado em andamento	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Desenvolvimento	18.272	25.827	-	44.099
EPC	663.511	551.760	-	1.215.271
Resultado financeiro	15.217	46.827	-	62.044
Total custo imobilizado	697.000	624.414	-	1.321.414

Depreciação	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Depreciação	-	(9.977)	-	(9.977)
Total depreciação	-	(9.977)	-	(9.977)
Imobilizado líquido	697.000	614.437	-	1.311.437

Imobilizado em andamento	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Desenvolvimento	6.265	12.007	-	18.272
EPC	2.768	660.743	-	663.511
Resultado financeiro	109	15.108	-	15.217
Imobilizado líquido	9.142	687.858	-	697.000

Conforme mencionado na Nota Explicativa 01, as controladas que compõem o consolidado de Raios do Parnaíba Solar Holding S.A. encontram-se em fase de construção de suas centrais geradoras fotovoltaicas e segue capitalizando todos os custos atrelados a obra. As companhias (Panorama 01, Panorama 02 e Panorama 03) entraram em operação no decorrer do segundo semestre de 2025. Não foram verificados indicadores de existência de *impairment* em relação a esses ativos.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

Consolidado

Intangível em serviço	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Softwares	-	39	-	39
Total custo intangível	-	39	-	39

Intangível em andamento	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Uso do bem público	68.737	-	-	68.737
Total custo intangível	68.737	-	-	68.737

Amortização	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Amortização	-	(537)	-	(537)
Total de amortização	-	(537)	-	(537)

Intangível líquido	68.737	(537)	-	68.239
---------------------------	---------------	--------------	----------	---------------

Intangível em andamento	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Uso do bem público	67.639	1.098	-	68.737
Intangível líquido	67.639	1.098	-	68.737

O montante consolidado de R\$ 68.239 em 2025 (R\$ 68.737 em 31 de dezembro de 2024), referem-se basicamente a aquisição dos ativos intangíveis identificáveis na compra dos direitos de exploração avaliado ao valor justo destinado à Central Geradora Fotovoltaica do Projeto de Raios do Parnaíba e suas respectivas SPEs, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica decorrentes dos valores negociados nas compras destes projetos de geração fotovoltaico. Esse ativo será amortizado a partir do início das operações, de acordo com o prazo da autorização de exploração comercial outorgado pela ANEEL.

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	1	-	128.967	13.454
Retenções contratuais de fornecedores	-	-	18.213	8.074
Outros fornecedores	-	-	1.595	12.220
	1	-	148.775	33.748

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores--Continuação

Adiante, é demonstrado as maturidades dos saldos vencidos e a vencer:

Aging list de fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	1	-	132.672	28.040
Vencidos até 30 dias	-	-	774	4.116
Vencidos de 30 até 90 dias	-	-	3.376	1.426
Vencidos de 90 até 180 dias	-	-	874	4
Vencidos de 180 até 365 dias	-	-	11.079	162
Vencidos a mais de 365 dias	-	-	-	-
	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>148.775</u>	<u>33.748</u>

14. Empréstimos e financiamentos

O montante dos empréstimos se deve para melhor gerenciar o fluxo de caixa da Companhia no giro das operações e para custear a conclusão das obras das centrais geradoras fotovoltaicas de suas controladas Panorama 01, Panorama 02 e Panorama 03. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia era a seguinte:

	Controladora e consolidado							
	31/12/2024	Captação	Amortização do principal	Varição cambial /Swap	Liquidação SWAP	Juros Apropriados	Amortização de Juros	31/12/2025
Itaú	466.233	400.000	(846.935)	(37.227)	22.577	9.658	(14.306)	-
BNP	-	430.000	-	33.017	-	9.204	-	472.221
Citibank	-	200.000	-	12.080	-	7.268	-	219.348
	<u>466.233</u>	<u>1.030.000</u>	<u>(846.935)</u>	<u>7.870</u>	<u>22.577</u>	<u>26.130</u>	<u>(14.306)</u>	<u>691.569</u>
	Controladora e consolidado							
	31/12/2023	Captação	Amortização do principal	Varição cambial /Swap	Liquidação SWAP	Juros Apropriados	Amortização de Juros	31/12/2024
Itaú	-	400.000	-	67.849	(4.813)	16.085	(12.888)	466.233
Citibank	35.534	-	(41.464)	1.226	5.198	2.561	(3.055)	-
	<u>35.534</u>	<u>400.000</u>	<u>(41.464)</u>	<u>69.075</u>	<u>385</u>	<u>18.646</u>	<u>(15.943)</u>	<u>466.233</u>

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamento--Continuação

Itaú

Em 08 de março de 2024, a Companhia captou empréstimo junto ao banco Itaú no montante de USD40.524 (BRL200.000) com a taxa prefixada em 7,18% a.a. e swap com base no CDI+1,25% a.a. O presente contrato foi garantido por seu acionista, através de fianças bancárias, no valor total contratado. A Companhia liquidou o empréstimo acima em 10 de março de 2025.

Em 10 de outubro de 2024, a Companhia tomou um novo empréstimo junto a este banco no montante de EUR32.965 (BRL200.000) com a taxa prefixada em 4,28% a.a. e swap com base no CDI+0,39% a.a. O presente contrato foi garantido por seu acionista, através de fianças bancárias, no valor total contratado. A Companhia estima liquidar este empréstimo em seu vencimento, em 10 de março de 2025.

O contrato de financiamento não possui cláusulas restritivas “covenants” financeiros de vencimento antecipado (Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD). Adicionalmente, os principais covenants não financeiros são referentes a: existência de garantias corporativas, licenças e autorizações necessárias, fiança bancária e limitação de venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de covenants no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

BNP

Em 13 de fevereiro de 2025, a Companhia captou empréstimo junto ao banco BNP Paribás no montante de EUR 33.551 (BRL200.000) com a taxa prefixada em 3,7480% a.a. e swap com base no CDI+0,29% a.a. O presente contrato foi garantido por seu acionista, através de fianças bancárias, no valor total contratado. A Companhia estima liquidar este empréstimo em seu vencimento, em 13 de fevereiro de 2026.

Em 10 de outubro de 2025, a Companhia captou empréstimo junto ao banco BNP Paribás no montante de EUR 31.646 (BRL230.000) com a taxa prefixada em 3,3400% a.a. e swap com base no CDI+0,29% a.a. O presente contrato foi garantido por seu acionista, através de fianças bancárias, no valor total contratado. A Companhia estima liquidar este empréstimo em seu vencimento, em 13 de outubro de 2026.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

BNP--Continuação

O contrato de financiamento não possui cláusulas restritivas “covenants” financeiros de vencimento antecipado (Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD). Adicionalmente, os principais covenants não financeiros são referentes a: existência de garantias corporativas, licenças e autorizações necessárias, fiança bancária e limitação de venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de covenants no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Citibank

Em 15 de maio de 2025, a Companhia captou empréstimo junto ao banco citibank no montante de USD35.524 (BRL200.000) com a taxa prefixada em 0,7418% a.m. e swap com base no CDI+0,60% a.a. O presente contrato foi garantido por seu acionista, através de fianças bancárias, no valor total contratado. A Companhia estima liquidar este empréstimo em seu vencimento, em 15 de maio de 2026.

O contrato de financiamento não possui cláusulas restritivas “covenants” financeiros de vencimento antecipado (Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD). Adicionalmente, os principais covenants não financeiros são referentes a: existência de garantias corporativas, licenças e autorizações necessárias, fiança bancária e limitação de venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de covenants no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em AGE realizada em 31 de março de 2025 ocorreu a rerratificação da 14ª alteração do Estatuto Social, Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2025, arquivada na JUCERJA em 03 de abril de 2025, sob o nº 6903510, para que passe a constar na deliberação o valor do aumento de capital social de R\$ 7.994 (sete milhões, novecentos e noventa e quatro mil) e subscreve e integraliza por meio da capitalização dos Adiantamentos Futuros para Aumento de Capital (“AFACs”) concedidos à Companhia, os quais totalizam um valor de aumento total de R\$ 5.060 (cinco milhões, sessenta mil).

Em AGE realizada em 30 de abril de 2025 subscreve e integraliza por meio da capitalização dos Adiantamentos Futuros para Aumento de Capital (“AFACs”) concedidos à Companhia, os quais totalizam um valor de aumento total de R\$ 1.317 (um milhão, trezentos e dezessete mil).

Em AGE realizada em 30 de maio de 2025 subscreve e integraliza por meio da capitalização dos Adiantamentos Futuros para Aumento de Capital (“AFACs”) concedidos à Companhia em 23 de maio de 2025, o montante de R\$ 107 (cento e sete mil).

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

Em AGE realizada em 29 de agosto de 2025 subscreve e integraliza por meio da capitalização dos Adiantamentos Futuros para Aumento de Capital ("AFACs") concedidos à Companhia em 29 de agosto de 2025, o montante de R\$ 12.668 (doze milhões, seiscentos e sessenta e oito mil).

Em AGE realizada em 28 de novembro de 2025 subscreve e integraliza por meio da capitalização dos Adiantamentos Futuros para Aumento de Capital ("AFACs") concedidos à Companhia em 28 de novembro de 2025, o montante de R\$ 2.137 (dois milhões, cento e trinta e sete mil). Em AGE realizada em 31 de dezembro de 2025 subscreve e integraliza por meio da capitalização dos Adiantamentos Futuros para Aumento de Capital ("AFACs") concedidos à Companhia, os quais totalizam um valor de aumento total de R\$ 8.595 (oito milhões, quinhentos e noventa e cinco mil).

Desta forma, em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, passou a ser de R\$ 473.179 (quatrocentos e setenta e três milhões, cento e setenta e nove mil) divididos em 473.179.285 (quatrocentas e setenta e três milhões, cento e setenta e nove mil e duzentas e oitenta e cinco) ações ordinárias nominativas no valor de um real cada, detidas integralmente pela acionista Raios do Parnaíba Solar España, S.L.U.

Controladora	31/12/2025	31/12/2024
Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A.(*)	1	1
Raios do Parnaíba Solar España, S.L.U.(*)	473.179.285	435.301.065
Capital Social	473.179.285	435.301.066

(*) Quantidade de ações nas respectivas datas

b) Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Reservas de lucros

O estatuto social da Companhia prevê que as reservas de lucros serão constituídas para registrar os lucros que deixaram de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser distribuídos como dividendos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresentou lucro para o exercício e por isso, não constituiu reserva de lucro.

d) Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo e pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, descontada a parcela referente à reserva legal, salvo determinação em contrário por unanimidade de votos dos acionistas presentes em Assembleia Geral.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita com comercialização de energia	24.319	-
Receita vendas CCEE (*)	6.994	-
Receita operacional bruta	31.313	-
(-) Deduções da receita		
(-) PIS	(559)	-
(-) COFINS	(2.570)	-
	(3.129)	-
Receita operacional líquida	28.184	-

(*) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2025 é referente a venda de energia proveniente da produção de energia das companhias que compõem o consolidado (Panorama 01, Panorama 02 e Panorama 03), importante mencionarmos que a operação comercial das referidas companhias listadas anteriormente iniciou-se em setembro de 2025.

17. Custos de venda de energia

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
CCEE	(3.153)	-
Compra de energia	(5.015)	-
Custo de uso do sistema de transmissão	(3.677)	-
Pessoal	(142)	-
Contrato de operação e manutenção	(948)	-
Depreciação e amortizações	(10.587)	-
Seguros	(1.239)	-
Outros custos operacionais	(443)	-
	(25.204)	-

No consolidado os custos operacionais são compostos principalmente pelas compras de energia para atender a demanda, pagamentos mensais de TUST (Tarifa de Utilização do Sistema de Transmissão) divulgados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico e a depreciação do imobilizado, amortização do intangível e amortização do direito de uso.

(*) Em 2024 não houve energia liquidada na CCEE, quando comparado ao exercício de 2025, devido a entrada em operação comercial das Panoramas somente em setembro de 2025.

(**) O aumento significativo dos custos de uso do sistema de transmissão é oriundo da geração de energia em 4 meses de 2025, devido a entrada em operação comercial das Panoramas somente em setembro de 2025.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	(113)	(27)	(577)	(83)
Aluguéis	(135)	(263)	(135)	(263)
Pessoal	-	-	(1.202)	-
Outras despesas	(2)	(101)	(2)	(102)
	<u>(250)</u>	<u>(391)</u>	<u>(1.916)</u>	<u>(448)</u>

As despesas gerais mais relevantes no exercício consolidado são referentes ao aumento do gasto com pessoal referente ao início da operação comercial das controladas Panoramas 01, Panorama 02 e Panorama 03 em setembro de 2025.

19. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	2.178	12.210	2.287	12.210
Recuperação de resultado financeiro	69.081	15.093	47.355	15.094
Operação a termo swap empréstimos	29.429	60.061	29.429	60.061
Variação monetária. sobre empréstimos e financiamentos	23.902	-	23.902	-
Mútuos	15.066	136	15.066	135
	<u>139.656</u>	<u>87.500</u>	<u>118.039</u>	<u>87.500</u>
Despesas financeiras				
Recuperação de resultado financeiro				
Multas, tarifas e comissões bancárias	(25)	(26)	(109)	(1.652)
Tributos	(7)	(3)	(81)	(19)
Outras	(65)	(1)	(65)	(1)
Juros e Multas - Holding	(554)	(87)	(554)	(87)
IOF	-	-	(35)	-
IOF - Holding	(342)	(2.142)	(342)	(2.142)
Juros de empréstimos e financiamentos	(26.130)	(18.646)	(26.131)	(18.646)
Operação a termo swap empréstimos	(74.661)	-	(74.661)	-
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(37.737)	(69.162)	(37.736)	(69.162)
	<u>(139.521)</u>	<u>(90.067)</u>	<u>(139.714)</u>	<u>(91.709)</u>
Resultado financeiro	<u>135</u>	<u>(2.567)</u>	<u>(21.675)</u>	<u>(4.209)</u>

O resultado financeiro da Companhia deve-se principalmente às despesas financeiras decorrentes dos financiamentos contraídos para a conclusão dos parques fotovoltaicos e gestão de fluxo de caixa para suas controladas no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(14.589)	(4.668)	(20.611)	(4.668)
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34% (*)	4.960	1.587	7.008	1.587
Adições (exclusões)				
Provisões compras CCEE – não dedutível	-	-	(636)	-
Provisões AVDs não faturados – não dedutível	-	-	(312)	-
Equivalência patrimonial	(4.922)	(581)	-	-
Prejuízo fiscal não ativado	(38)	(1.006)	(38)	(1.587)
Total	(4.960)	(1.587)	(986)	(1.587)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	-	-	6.022	-
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	(29,2%)	0,0%

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	-	-	4.428	-
Contribuição social	-	-	1.594	-
Total do imposto de renda e contribuição social	-	-	6.022	-

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social no montante de R\$ 14.589 (R\$ 4.668 de prejuízo em 2024) e no consolidado apresentou prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social no montante de R\$ 20.611 (R\$ 4.668 de prejuízo em 2024). A aplicação da alíquota nominal de 34% sobre o referido prejuízo resultaria em um benefício fiscal teórico de R\$ 4.960 (R\$ 1.587 em 2024) para a companhia e no consolidado resultaria em um benefício fiscal teórico de R\$ 7.008 (R\$ 1.587 em 2024).

A reconciliação desse montante com a despesa efetivamente reconhecida no resultado contempla, substancialmente, os efeitos de diferenças permanentes e temporárias não dedutíveis e outros ajustes no montante líquido de R\$ 4.960 (R\$ 1.587 em 2024) para a companhia e no consolidado de R\$ 986 (R\$ 1.587 em 2024).

Para fins de consolidado a Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ativo fiscal diferido no montante de R\$ 6.022, decorrente de prejuízos fiscais e diferenças temporárias, cuja realização futura é considerada provável com base em projeções de resultados tributáveis.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa (nível 2)	580	-	115	-	3.667	-	6.259	-
Contas a receber (nível 1)	-	-	-	-	5.393	-	-	-
Partes relacionadas (nível 1)	43.144	-	39.986	-	43.427	-	742	-
Instrumentos financeiros (nível 2)	-	8.777	-	59.974	-	8.777	-	59.974
Aplicações financeiras (nível 2)	-	-	-	73.517	-	-	-	73.516
Passivos financeiros								
Fornecedores (nível 1)	1	-	-	-	148.775	-	33.748	-
Partes relacionadas (nível 1)	4.211	-	818	-	161.117	-	818	-
Empréstimos (nível 2)	691.569	-	466.233	-	691.569	-	466.233	-

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.1. Gerenciamento de riscos

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, que julga apresentar exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro celebrado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia entende que apresenta recursos suficientes para honrar com as obrigações contraídas decorrentes da construção das centrais geradoras fotovoltaicas e está regularmente adimplente com seus fornecedores.

A Companhia e seus acionistas entendem que a captação de recursos financeiros de terceiros e/ou aportes de seu grupo controlador será necessário para os termos das obras e vem monitorando periodicamente o momento oportuno para obter os devidos financiamentos.

b) Risco de mercado

A Companhia e suas controladas não praticam aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. Atualmente, o empréstimo da Companhia possui taxas pré-fixadas.

Risco de inflação - os gastos da Companhia são atualizados anualmente por índices de inflação.

Risco de captação - a Companhia e seus acionistas buscam a captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.1. Gerenciamento de riscos--Continuação

c) Riscos operacionais--Continuação

Risco técnico - a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações devem ser suportados pela Companhia.

Riscos regulatórios - a Companhia, direta ou indiretamente, está sujeita à extensa legislação emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - a Companhia por meio de seu epecista adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os o ativo imobilizado, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

d) Risco de taxa de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía R\$ 682.792 (empréstimos e financiamentos) atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano, euro e da taxa de juros (Préfixada em moeda estrangeira). A Companhia pretende efetuar as liquidações de todos os instrumentos conforme previstos contratualmente.

e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contrata em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio, com a contratação, por exemplo o "swap" cambial sem caixa - USD e EUR versus CDI.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.1. Gerenciamento de riscos--Continuação

e) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Descrição	"Swap" cambial citi - USD	"Swap" cambial Itaú - USD	"Swap" cambial BNP - EUR
Valor de referência (nocional) em 31/12/2025	36.845	34.672	37.318
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	Sofr + 0,74180%	EUR +3,748%	EUR +3,3400%
Obrigação da empresa pagar (ponta passiva)	CDI + 0,60% a.a.	CDI +0,38% a.a	CDI +0,29% a.a
Vencimento em	15/05/2026	13/02/2026	13/10/026
Ponta ativa em 31/12/2025	202.737	227.432	244.788
Ponta passiva 31/12/2025	(219.349)	(226.081)	(237.362)
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2025	16.612	(1.351)	(7.426)
Ganhos (perdas) 2025	(14.531)	(14.977)	(15.724)

f) Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 31/12/2025 Anualizado
CDI (i)	12%	15%	18%	15%
PTAX - Dólar (i)	5,41	6,76	8,12	5,50
PTAX - Euro(ii)	6,86	8,58	10,29	6,47

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.1. Gerenciamento de riscos—Continuação

f) Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos--Continuação

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	31/12/2025	Efeito no lucro antes dos impostos - 2026- aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Sem proteção - Consolidado				
<u>Ativos financeiros</u>				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - CDI	3.667	(105)	6	117
Sem proteção - Controladora				
<u>Ativos financeiros</u>				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - CDI	580	(17)	1	19
Com proteção – Controladora e Consolidado				
Passivos financeiros (dívida protegida)				
Empréstimos e financiamentos				
- dólar	430.169	(6.437)	90.290	187.017
- euro	244.788	14.554	78.554	142.555
<u>Derivativos</u>				
Ponta ativa - Euro	(430.169)	(3.359)	47.114	97.587
Ponta ativa - Dólar	(244.788)	(6.437)	90.290	187.017
Ponta passiva - CDI	682.792	(19.596)	1.110	21.815
Efeito líquido	682.792	(21.274)	307.358	635.990

22. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou captar endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira de médio prazo. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total do empréstimo de curto prazo (conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Raios do Parnaíba Solar Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Seguros

Consolidado

As companhias que compõem o consolidado possuem cobertura de seguro contra responsabilidade civil geral, danos materiais e de lucro cessante. A cobertura de seguros está demonstrada conforme quadro a seguir:

Tipo de cobertura	Empresas	Seguradora	Vigência		2025
			Início	Final	Importância segurada(*)
Responsabilidade Civil Geral	Panoramas (01,02 e 03)	Chubb Seguros Brasil S.A.	08/09/2025	08/03/2027	60.000.000,00
Obras civis	Panoramas (01,02 e 03)	Tokio Marine Seguradora	08/09/2025	08/03/2027	245.788.291,29
Paineis	Panoramas (01,02 e 03)	Tokio Marine Seguradora	08/09/2025	08/03/2027	543.321.486,00
Inversores	Panoramas (01,02 e 03)	Tokio Marine Seguradora	08/09/2025	08/03/2027	64.681.129,29
Equipamentos elétricos	Panoramas (01,02 e 03)	Tokio Marine Seguradora	08/09/2025	08/03/2027	51.744.903,43
Transformadores/ Linha de transmissão	Panoramas (01,02 e 03)	Tokio Marine Seguradora	08/09/2025	08/03/2027	302.631.871,50
Subestação	Panoramas (01,02 e 03)	Tokio Marine Seguradora	08/09/2025	08/03/2027	129.699.373,50
Lucro cessantes - Lucro Bruto anual	Panoramas (01,02 e 03)	Tokio Marine Seguradora	08/09/2025	08/03/2027	140.066.900,00
Total de importância segurada					1.537.933.955,01

(*) – Valores demonstrados em Reais.

24. Provisões para contingências

A Empresa reconhece provisão quando as causas e processos consideradas pela administração e por seus assessores jurídicos são classificados como de risco provável de perda. Com base na análise e revisão de todos os processos judiciais ativos e passivos envolvendo a empresa, a Administração juntamente com seus assessores jurídicos concluíram que não há casos com uma probabilidade de perda classificada como provável ou mesmo possível. Portanto, não foi constituída nenhuma provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Alfonso Brunner Beamud
Diretor

Guilherme Rodrigues Matias
Contador CRC RJ-124530/O